

ID: 118992878

01-09-2025

Da ação do Estado às escolhas mediáticas

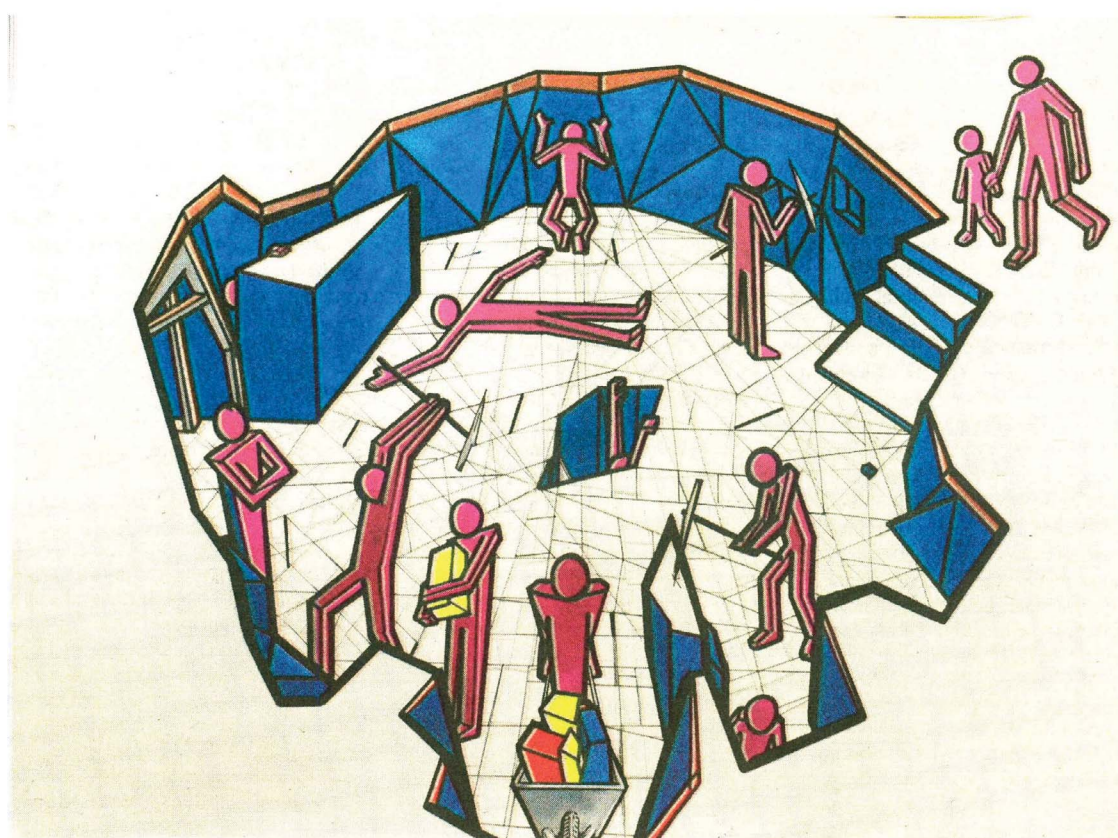
Movimentos anti-imigração em Portugal, visíveis a olho nu

O crescimento das desigualdades e a vulnerabilização das condições de vida de uma parte cada vez maior da população portuguesa está a ser, em contexto de degradação dos serviços públicos e de dificuldade de acesso a habitação, um terreno fértil para a criação de bodes expiatórios para crises a que os poderes não respondem com soluções. Os movimentos sociais e políticos anti-imigração não se resumem hoje à violência da extrema-direita nas ruas ou na Internet. São também visíveis na ação do Estado e nas escolhas mediáticas.

THAIS FRANÇA *

O primeiro quartel do século XXI tem sido atravessado por múltiplas crises interconectadas, marcadas pelo retorno de fenómenos que, especialmente no contexto europeu, muitos acreditaram terem sido superados: conflitos armados, pandemias, colapsos financeiros e o avanço de regimes populistas e autoritários. Neste cenário de agravamento das desigualdades e crescente vulnerabilização das condições de existência, a extrema-direita tem conseguido mobilizar com eficácia sentimentos coletivos de incerteza e desalento. Como resposta, proliferam narrativas redutoras que obscurecem a complexidade dos fatores estruturais em jogo, substituindo leituras sistémicas por explicações de cunho individualista. Tal operação discursiva favorece a construção de inimigos internos — frequentemente minorias étnicas, culturais ou migrantes — transformados em alvos simbólicos das frustrações sociais, o que aprofunda a fragmentação coletiva e mina os fundamentos da democracia^[1].

Também em Portugal se reproduzem essas tendências. Ainda que os direitos conquistados no pós-25 de Abril — como a democratização do ensino e a edificação do Serviço Nacional de Saúde (SNS) — tenham representado marcos importantes na construção do Estado Social, as últimas décadas assistiram ao seu enfraquecimento, impulsionado por diretrizes políticas internas e por imposições externas. Esse processo contribuiu para a intensificação das fraturas sociais, alimentadas também por um imaginário colonial que, ao mesmo tempo em que projeta Portugal como um país aberto à diversidade, sustenta dinâmicas racistas ainda presentes nas instituições e nas práticas do quotidiano. É nesse solo fértil que ganham tração discursos simplificadoros, que canalizam o mal-estar coletivo para a figura do imigrante atribuindo-lhe responsabilidades pelas crises contemporâneas — as quais derivam, em larga medida, de decisões

TELMO ALCOBIA . Extração (2020) . <http://telmoalcobia.com>

políticas conscientes e da manutenção de estruturas de poder excludentes.

Nos últimos dois anos, o contexto português transformou-se de forma significativa no que diz respeito à imigração. O que outrora parecia um conjunto de eventos isolados consolidou-se num campo político anti-imigração no qual o Estado assume um papel relevante, alimentando discursos securitários, práticas criminalizadoras, excludentes e afetivos sociais negativos.

Em dezembro de 2023, partilhei neste

jornal^[2] as primeiras constatações de um estudo que desenvolvi sobre os movimentos anti-imigração em Portugal^[3]. A questão que movia aquele artigo era pensar como, apesar das transformações na esfera político-partidária portuguesa — com a entrada, e posterior ascensão, de um partido de extrema-direita no Parlamento desde 2019 —, e apesar da difusão a nível internacional de discursos que constroem a população imigrante como culturalmente conflituante com os «valores europeus», os

movimentos anti-imigração em Portugal permaneciam num estado de latência, mas davam sinais de visibilidade com o aumento do discurso de ódio na Internet, grafites racistas e xenófobos em espaços públicos e ataques físicos violentos a imigrantes^[4]. Ali, evitava fazer qualquer futurologia sobre se e como esses movimentos iram realmente eclodir, uma vez que, até então, se tinha visto no país um consentimento partidário em torno da imigração^[5] e não havia uma articulação sólida de segmentos organi-

ID: 118992878

01-09-2025

zados de oposição à imigração no espaço público. No entanto, alertava para o facto de que estarem invisíveis aos olhos de académicas e académicos, decisores e decisoras políticos, jornalistas e da chamada «sociedade civil» não significava que não existissem. A negação da importância desses episódios de violência contra imigrantes — muitas vezes sustentada por discursos lusotropicalistas que mitificam o passado colonial português e obscurecem o racismo estrutural — criava um terreno fértil para que tais movimentos se enraizassem silenciosamente e, eventualmente, emergissem de forma mais articulada.

O aumento da violência contra imigrantes

Passado um ano e meio, a realidade agora é diferente. A violência contra imigrantes aumentou, praticada tanto por grupos organizados como pelo Estado. Foram vários os episódios de ataques violentos em diferentes cidades do país, de mobilizações no espaço público de grupos extremistas organizados, e de declarações xenófobas de políticos no Parlamento e nos órgãos de comunicação social. Soma-se a esse cenário um conjunto de ações lideradas pelo Estado, como a operação policial realizada na Rua do Bemfoso, em Lisboa, em 2024; a retirada de direitos fundamentais à população migrante — incluindo no acesso ao SNS e nos mecanismos de regularização por manifestação de interesse —; e, mais recentemente, o endurecimento da Lei de Estrangeiros (durante o mês de agosto devolvida ao Parlamento após veto do Tribunal Constitucional). Entre as alterações legislativas, destacam-se o aumento das recusas de vistos para pessoas que tenham entrado ou permanecido no território nacional de forma irregular; as maiores restrições ao reagrupamento familiar; a limitação dos vistos de trabalho a ocupações qualificadas e a criação, no âmbito da Polícia de Segurança Pública (PSP), da Unidade Nacional de Estrangeiros e Fronteiras. Além da institucionalização de práticas criminalizadoras, como evidencia o caso relatado por José Soeiro, professor da Universidade do Porto e ex-deputado do Bloco de Esquerda^[6], envolvendo Singh, um trabalhador imigrante com contrato permanente e contribuições em dia, que foi detido pela PSP, mesmo sem qualquer acusação criminal. A detenção ocorreu unicamente porque Singh permaneceu no país enquanto aguardava a resposta ao recurso contra o indeferimento do seu pedido de residência.

Se, por um lado, essa configuração em curso ainda pode ser considerada fragmentada — uma vez que os diferentes segmentos têm atuado de forma relativamente descoordinada —, por outro, é possível afirmar que se consolida em Portugal um cenário cada vez mais pro-

pício à formação de um campo político e social anti-imigração. Ainda que difuso, este campo estrutura-se a partir de práticas e discursos que promovem a criminalização e securitização das migrações^[7], isto é, a construção da presença imigrante como uma ameaça à segurança nacional, à coesão social ou à identidade cultural.

Porém, o que marca uma mudança significativa neste cenário é o facto de o próprio Estado português passar a posicionar-se como um agente ativo na consolidação de uma agenda anti-imigração. Essa atuação expressa-se por meio de medidas que estabelecem distinções entre migrantes «desejáveis» e «indesejáveis», frequentemente baseadas em critérios racializados, classistas e enraizados em lógicas coloniais^[8]. As recentes intervenções legais e operacionais implementadas pelo Estado exemplificam como se estrutura um regime institucional de exclusão migratória^[9]. O que inicialmente poderia ser interpretado como um conjunto disperso de decisões pontuais e desconectadas revela-se, à luz desse novo quadro, como parte de uma configuração mais ampla e sistemática, ainda que não formalizada, que legitima a atuação de grupos organizados anti-imigração, e contribui para a normalização de práticas de exclusão, vigilância e controlo direcionadas às populações migrantes. Além disso, essas práticas alimentam um ciclo de profecias autorrealizáveis, à medida que contribuem para a estigmatização dessas populações, ampliam sua vulnerabilidade socioeconómica e fomentam tensões no tecido social — reforçando, por conseguinte, narrativas de separação entre «nós» e «eles» e cultivando um sentimento social cada vez mais hostil à imigração no país.

Se já era insustentável a ideia de que Portugal teria sido tradicionalmente um país de acolhimento exemplar, com políticas «de vanguarda» que promoveriam uma integração pacífica entre imigrantes e autóctones^[10], o cenário atual torna essa narrativa ainda mais questionável. O que se observa hoje é uma transformação qualitativa no debate público sobre a imigração, que vem consolidando formas cada vez mais explícitas e sistemáticas de exclusão e estigmatização, sustentadas por dispositivos legais criminalizadores e restritivos, e pela legitimação pública de afetos sociais anti-imigrantes. O que antes era negado, minimizado ou relegado para as margens do debate passou a ser operacionalizado de forma concreta — não apenas por grupos isolados ou extremistas, mas também pelas instituições do próprio Estado — revelando uma reconfiguração profunda dos critérios de pertença e das delimitações sociais de quem é considerado parte legítima da comunidade nacional.

Se em 2023 optei por uma abordagem

cautelosa ao discutir a possível emergência de um movimento anti-imigração em Portugal, nesta nova configuração é necessário reconhecer que tal movimento já se inscreve na realidade social do país. Embora apresente configurações específicas quando comparado com outros contextos europeus — marcadas pela desarticulação entre os seus atores e por formas de expressão mais dispersas e descontínuas no espaço público —, o que se observa é a consolidação de um campo de forças que articula discursos, afetos sociais e práticas institucionais orientadas para a produção de fronteiras simbólicas e materiais em torno das populações migrantes, com grande protagonismo do Estado.

A normalização social da hostilidade

O crescimento de movimentos anti-imigração em Portugal dá-se por meio de estratégias deliberadas de atuação política, decisões institucionais excludentes e enquadramentos mediáticos seletivos que amplificam determinados discursos enquanto marginalizam vozes dissonantes. A esse processo soma-se a atuação de grupos da «sociedade civil» que, mesmo quando não formalmente organizados, desempenham um papel central na disseminação de representações estigmatizantes sobre a imigração, na promoção de narrativas de ameaça e na mobilização de afetos sociais negativos, como o medo e o ressentimento. Esses agentes funcionam como dispositivos culturais e afetivos que, ao interagir com os discursos políticos e mediáticos, contribuem para moldar uma opinião pública cada vez mais recetiva a posições excludentes, favorecendo, assim, a normalização social da hostilidade dirigida às populações migrantes.

Dessa forma, tais movimentos têm lo-

grado deslocar-se das margens para o centro da arena pública, explorando brechas abertas por discursos de crise, pela ascensão de um populismo penal e por agendas de securitização das fronteiras. Nessa dinâmica, impõem a sua própria gramática política — na qual a presença migrante é recorrentemente representada como problema, ameaça ou excesso. Assiste-se, assim, a um processo ativo de produção de visibilidade para uma agenda anti-imigração, que não apenas redefine os limites do que é considerado aceitável no espaço público e político, como também estreita as possibilidades de contestação dessas posições, sobretudo quando o próprio Estado adota práticas que ressoam com esse imaginário excludente.

O reconhecimento deste cenário não pretende alimentar alarmismos morais ou paralisia política, mas parte da premissa de que só é possível enfrentar os mecanismos de exclusão e regressão no campo das migrações que estamos a ver agora a partir da nomeação crítica de suas formas de manifestação concretas. Ao reconhecer sua existência, torna-se possível também identificar os dispositivos sociais, históricos e institucionais que permitem a sua reprodução — incluindo o papel do legado colonial na construção de uma narrativa nacional de abertura e tolerância que, ao despolitizar o passado e silenciar o racismo estrutural, obscurece os conflitos contemporâneos em torno da imigração^[11], e agora o papel ativo do Estado. Tal posicionamento é crucial não apenas para compreender como essas mobilizações emergem e se transformam, mas sobretudo para pensar formas sustentadas e informadas de resistência e enfrentamento. ●

* Investigadora assistente,
CIES-ISCTE.

[1] Tina Askanius e Yiannis Mylonas, «Extreme-right Responses to the European Economic Crisis in Denmark and Sweden: The Discursive Construction of Scapegoats and Lodestars». *Javnost – The Public*, 2015; vol. 22, pp. 55-72.

[2] «Movimentos anti-imigração em Portugal: o perigo da invisibilidade», *Le Monde diplomatique – edição portuguesa*, dezembro de 2023.

[3] «Mapping Out: Portugal on the European anti-immigration movements map», financiado pelo Mecanismo de Financiamento Pluriannual, EEA Grants Portugal (2021-2023).

[4] Thais França, «Transnational diffusion and far-right latent social movements: unveiling the survival of anti-immigration mobilisation in Portugal», *Journal of Contemporary European Studies*, 2024, pp. 687-700.

[5] Catarina Reis Oliveira e João Peixoto, «Why Choose the Inclusionary Path? Social Policy in a Recent Welfare and Immigration Country: The Case of Portugal», em Edward A. Koning (coord.), *The Exclusion of Immigrants from Welfare Programs Cross-National Analysis and Contemporary Developments*, University of Toronto Press, 2022, pp. 195-227.

[6] José Soeiro, «Testemunho sobre a vergonha que sinto», *Expresso*, 24 de Julho 2025

[7] Jef Huysmans, «The European Union and the Securitization of Migration», *JCMS Journal of Common Market Studies*, vol. 38, 2000, pp. 751-77.

[8] Nicholas De Genova, «Spectacles of migrant "illegality": the scene of exclusion, the obscene of inclusion», *Ethnic and Racial Studies*, vol. 36, 2013, pp. 1180-1198.

[9] Otávio Raposo, Ana Rita Alves, Pedro Varela e Cristina Roldão, «Negro drama. Racismo, segregação e violência policial nas periferias de Lisboa», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 119, 2019, pp. 5-28.

[10] Marta Araújo, «Challenging Narratives on Diversity and Immigration in Portugal: the (de) politicization of colonialism and racism», em Philip Kretsedemas, Jorge Capetillo-Ponce e Glenn Jacobs (coord.), *Migrant Marginality: A Transnational Perspective*, Routledge, Nova Iorque, 2013, pp. 27-46.

[11] Marta Araújo, *Ibid.*, e Silvia Rodríguez Maeso, «O Estado de negação e o presente-futuro do antirracismo: Discursos oficiais sobre racismo, "multirracidade" e pobreza em Portugal (1985-2016)», *Revista Direito e Práxis*, vol. 10, 2019, pp. 2033-1067.

ID: 118992878

01-09-2025

SOCIEDADE
**Movimentos anti-
-imigração, visíveis a
olho nu**
THAIS FRANÇA **pág 6**